

Mercado de Seguros Luso Brasileiro: A Casa de Seguros de Lisboa e do Rio de Janeiro (1758-1831)

Objeto, Quadro Teórico e Objetivo:

O estudo visa compreender o momento de consolidação/expansão do mercado de seguros no Império Luso-Brasileiro, quando, a partir do período dominado pelo Ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, houve a criação de uma série de instituições destinadas ao processo de reformas políticas e econômicas, estendendo-se ao período Joanino e o Primeiro Reinado de Pedro I no Brasil. **O objeto da pesquisa é o mercado de seguros luso-brasileiro e seus agentes – os Negociantes – na perspectiva da formação da Casa de Seguros de Lisboa em 1758 à extinção da Casa de Seguros do Rio de Janeiro em 1831.**

Desta forma, o que nos orienta a realizar tal recorte é oficialização da Real Provedoria dos Seguros de Lisboa no ano de 1758 e a criação de outras instituições semelhantes a esta no Rio de Janeiro (1810) e Bahia (1808), até sua extinção.

Em Portugal, o seguro foi praticado inicialmente pelos primeiros navegadores no processo de expansão comercial e marítima. Naquele momento, o financiamento dos riscos era de extrema importância para os Negociantes lusitanos que enveredaram pelos oceanos. Desta forma, a atividade era condição fundamental para a realização das frotas marítimas portuguesas¹. O que foi ratificado ao longo século XVII e XVIII.

A escolha de estudar a Casa de Seguros de Lisboa surgiu como desdobramento das pesquisas que venho realizando², já que a criação deste foro especial no interior da Real Junta de Comércio veio no bojo da ascensão dos Negociantes de Lisboa e Porto no período pombalino.

A própria criação da instituição no ano de 1755 representou um novo momento para os Homens de Negócios de Portugal, já que estes foram os principais agentes sociais a compor seus quadros, ocupando postos decisivos, como os de Provedor, Corregedor e Deputado. A Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e seus foros especiais, um deles a Provedoria de Seguros, podem ser divididos em alguns períodos específicos. O primeiro deles foi o que se

¹ Estas afirmações estão presentes nos escritos de Charles Boxer. O Império marítimo português 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

² Saulo S. Bohrer. “Interesses Seguros”: As Companhias de Seguro e a Provedoria dos Seguros do Rio de Janeiro. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2006. Projeto de Mestrado. Pesquisa em fase de redação da Dissertação, com defesa prevista para Fevereiro de 2008.

iniciou em 1755 a 1788, quando a Junta possuía um grau de centralização bastante elevado das deliberações políticas.

Em 1788, isto se alterou por conta das modificações inscritas no quadro da passagem do período pombalino ao período mariano. De 1788 a 1810, o papel da Real Junta se modifica no sentido de fornecer mais autonomia aos negociantes, sendo a instituição responsável pelas questões de ordem legal. Contudo, se verificarmos os sujeitos que ocupam os espaços e cargos perceberemos que ainda estava fortemente ligada aos interesses dos homens de negócios. Este período marcou também uma virada importante nas relações comerciais com a colônia, visto que se caracterizou pela abertura das relações comerciais aos negociantes das Praças do Brasil e África³.

Do ano de 1810 a 1834, verifica-se uma alteração da forma pela qual se formava o quadro de funcionários da instituição. Os negociantes foram substituídos por uma burocracia, que representava a formação dos funcionários de carreira e refletia uma transição e reorganização do Estado. Neste momento, os tribunais especiais da Real Junta de Comércio foram substituídos por tribunais do comércio, o que limitava a atuação dos Negociantes em todos os momentos dos processos legais nos litígios que envolviam seus negócios⁴.

Esta breve cronologia feita por Nuno Luis Madureira tem sentido em nossa delimitação, na medida em que comparamos as transformações na estrutura e atuação da Casa de Seguros de Lisboa e as do Brasil.

O corte temporal para o estudo da formação do mercado luso-brasileiro de seguros pode ser definido no período 1758 a 1831. Em 1758, foi criada a Casa de Seguros de Lisboa no alvará que decretava a sua refundação, porém, agora, como uma instituição imbuída da função de regular, de julgar e fiscalizar as atividades dos seguros em Portugal.

É interessante perceber que, do ano de 1759, quando efetivamente começava a desenvolver suas funções, a 1791, a Casa de Seguros ainda não possuía grande influencia nas atividades dos seguradores. Segundo Oliveira Marques, nesse período predominavam os seguradores estrangeiros, principalmente os representantes do capital britânico, sendo estes riscos cobertos majoritariamente por particulares⁵.

Justamente, em 1791, a forma de organização do mercado de seguros se altera. Neste ano, com o alvará de 11 de agosto D. Maria I, criavam-se os cargos de Provedor-Mor dos Seguros e de Escrivão da Casa de Seguros de Lisboa. Os seguradores passavam efetivamente serem

³ Nuno Luis Madureira. O mercado de Privilégios em Portugal – A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

⁴ Idem.

⁵ A. H. de Oliveira Marques. Para uma História dos Seguros em Portugal: Notas e Documentos. Lisboa: Arcádia, 1977.

obrigados a se inscreverem na Casa de Seguros e o Provedor era o principal responsável pela fiscalização das atividades das seguradoras e dos seguradores particulares.

Os seguros eram realizados na Casa de Seguros de Lisboa, sendo permitido que Negociantes do Reino e das Colônias os fizessem por meio de procuração ou através de um Negociante fiador inscrito na instituição. Isto nos demonstra que, mesmo quando não realizassem os seguros diretamente, este mecanismo garantia aos homens de negócio da Corte de Lisboa controle sobre a atividade na colônia. Por outro lado, os Homens de Negócios da Colônia, neste caso, os do Brasil, também poderiam realizar o financiamento de seus riscos, mesmo que diante de uma intrincada relação econômica com agentes mercantis da Praça de Lisboa, o que era certamente inscrito nas relações de poder entre estes agentes.

Não por acaso, a situação criada na conjuntura do ano de 1808 alterou sensivelmente a organização do mercado de seguros, transformando também as formas pelas quais se ordenavam as empresas de seguro e os seguradores particulares.

A transferência da Corte proporcionou aos homens de negócios do Brasil, principalmente de Salvador e do Rio de Janeiro, situação extremamente favorável, pois viabilizou a criação de uma série de empresas comerciais, entre elas algumas seguradoras, de instituições do Estado Português interiorizado na colônia. Entre estas estão a Provedoria de Seguros da Bahia e do Rio de Janeiro.

No caso da Provedoria do Rio de Janeiro, identifiquei tensões entre os homens de negócios envolvidos, sopesando seus interesses na construção do Estado Joanino no Brasil e na formação do Estado Imperial do Primeiro Reinado⁶. Vale a pena ressaltar que no caso da Provedoria de Seguros do Rio de Janeiro, podemos afirmar que foi importante espaço de poder para os Negociantes, principalmente no período que se estendeu de 1810 a 1827. Os homens de negócios travaram disputas intensas para manter o controle da atividade. Estas disputas se davam com os magistrados da Real Junta de Comércio e entre eles próprios em contendas políticas e disputas em seus negócios. Quase sempre defensores de seus monopólios, sustentavam a centralização dos seguros e o controle da atividade pela Provedoria, divergindo do liberalismo que atingia boa parte dos Juizes Conservadores do Comércio⁷.

⁶ Saulo Bohrer. "Interesses Seguros"... ob cit.

⁷ Neste episódio podemos verificar que o negociante Elias Antônio Lopes fez uma defesa arguta da restrição do atividade seguradora aos homens de negócios inscritos na Casa de Seguros, seja do Rio de Janeiro, seja da Bahia, ou de Lisboa. Defendia o alvará régio de 11 de agosto de 1791. Já o Juiz Conservador e Desembargador do Comércio realizou uma ostensiva defesa do liberalismo, admitindo que a maior concorrência e oferta de contratos e apólices de seguro era benéfica para a economia do Reino, pois reduzia o custo com a cobertura dos riscos, promovendo o comércio marítimo. Ver. Saulo Bohrer. Material de Qualificação do Mestrado. Capítulo III. Niterói, UFF/PPGH, 2007. Consultar também: Arquivo Nacional, Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, Caixa 435, Pacote 2.

É importante frisar que é pertinente falar de um mercado luso-brasileiro, na medida em que encontramos um grande número de negociantes de Portugal, que, a partir de 1810, no Rio de Janeiro, estavam envolvidos na formação de inúmeros negócios, inclusive com seguradoras. Entre outros podemos destacar Silvestre Pinheiro e Leonardo Pinheiro de Vasconcelos, mais tarde nomeados Provedores dos Seguros, e outros provenientes da França, especificamente, a família de Jácome Ratton⁸.

A associação em negócios entre os Negociantes de Portugal e do Brasil foi intensificada no momento de chegada da Corte no país. Em Salvador, por exemplo, verificamos o surgimento de duas Companhias de Seguro. A Companhia Boa Fé e Conceito Público, envolvendo diversos negociantes de Salvador e de Portugal⁹. No mesmo ano, foi criada na cidade a primeira Casa de Seguros do Brasil. A Provedoria de Seguros da Cidade da Bahia (Salvador) cumpria o pedido dos homens de negócios da região, sendo fundamental para a realização dos seguros lá.

No Rio de Janeiro, levou-se dois anos para que a primeira Companhia de Seguros fosse criada. A Companhia de Seguros Idemnidade iniciava suas operações com o fundo de capitais de 600 contos de réis, quantia que ultrapassava o capital integralizado do Banco do Brasil (120 contos de réis) e superava a quantia emprestada pelos Negociantes do Rio (400 contos de réis)¹⁰. Ao final da década de 1810 eram cerca de sete companhias em funcionamento. Entretanto somente 5 realizavam operações com grandes cabedais¹¹.

Diante de tal quadro, podemos definir que boa parte das práticas e todo o complexo de alvarás e determinações régias provenientes de Portugal foram fundamentais para a criação de um mercado luso-brasileiro de seguros. Uma vez que, até o ano de 1831, todos os negócios das seguradoras ainda se baseavam majoritariamente nas leis promulgadas pela Provedoria de Lisboa. A partir deste ano, o mercado de seguros no Brasil se modificou enormemente, já que nas próximas décadas as seguradoras americanas, inglesas, holandesas, germânicas e francesas entravam na economia do Brasil¹².

⁸ Descritos por Nuno L. Monteiro como importantes negociantes de Portugal e envolvidos com a criação da Real Junta de Comércio em Lisboa. Ver. Nuno Luiz Madureira. Mercado e Privilégios... ob. Cit. p. 52. Ver também: João Luís Fragoso. Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Manolo Florentino. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: século XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁹ Arquivo Nacional. Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Caixa 435, pacote 1.

¹⁰ Théó L. Piñeiro. Os "Simples Comissários": Negociantes e Política no Brasil Império. Tese de Doutorado em História. Niterói, UFF/PPGH, 2002.

¹¹ Existiam no ano de 1819 as Companhias Probidade, Permanente, Indemnidade, Tranqüilidade e Providente que juntas somavam a movimentação do montante de prêmios arrecadados no valor de 226:569\$814 que cobriam o riscos de capitais avaliados em 6:386:258\$013. Tratava-se apenas da quantia movimentada no primeiro semestre do ano. Arquivo Nacional. Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Códice.

¹² IHGB. Coleção Ourem. Lata 160 documento 3.

Contudo, diante deste panorama, para realizarmos a pesquisa torna-se necessário problematizarmos metodologicamente e teoricamente alguns conceitos e questões presentes em nosso objeto. Primeiramente, remontemos como a idéia de mercado foi tratada em suas diversas matrizes teóricas.

Quadro teórico: debates e definições

O mercado auto-regulável, como descreveu Adam Smith em a Riqueza das Nações não é parâmetro para entendermos o mercado construído no processo de formação do Império Português.¹³

Nuno Luís Madureira trabalha com a idéia de mercado movido por privilégios, posto que reconhece o mercado português, dos séculos XVIII e XIX, atravessado por mecanismos de monopólio e de restrição a liberdade de ação, onde os privilégios são parte das relações políticas e que a aquisição destes está relacionada à capacidade pela qual tais segmentos da sociedade se relacionam entre si no interior das instituições.¹⁴

O autor frisa que é importante perceber que, no caso da economia portuguesa, não se pode falar de um mercado competitivo, já que os custos de transação e “externalidades” da produção sobre-determinam os preços, contrariando a lei da oferta e procura.¹⁵

Por esta razão, os historiador português preferiu compreender as relações políticas e a criação das instituições na formação dos privilégios adquiridos pelos *negociantes estatais*. Este conceito remete aos grupos de negociantes de grosso trato que se situavam nas Praças comerciais de Lisboa e Porto, estendendo-se por atividades comerciais nos diversos ramos do comércio no Império. Além disso, destacaram-se pela gama de investimentos em crédito. O autor prefere utilizar tal conceito para designar o papel que ocupavam na formação das instituições do Estado luso, principalmente, a partir do período de Pombal, construindo nestas uma verdadeira corporação ligada a defesa de seus interesses. Assim, estavam dotados de uma racionalidade que antecede a formação daquela que caracterizaria uma burocracia estatal. Este trabalho sofre grande influência de Max Weber.

Nos estudos sobre a economia e suas imbricações com os fenômenos sociais, o sociólogo admitiu que as ações sociais são motivadas por padrões de racionalidade. Assim, construiu

¹³ Adam Smith. *A riqueza das Nações*. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1988. 2 Volumes.

¹⁴ Nuno Luís Madureira. *Mercado e Privilégios...* ob. Cit. pp. 25-29.

¹⁵ Idem. O conceito de “externalidades” remete às oscilações de preço de mercadorias, tais modificações não estão diretamente relacionadas aos produtores diretos, por exemplo, os custos de informação para a inserção em determinado mercado bem como outras despesas que não se resumem ao mundo da produção.

tipologias relacionadas às formas de racionalidade que induzem tais ações sociais¹⁶. Suas pesquisas foram importantes para compreensão do mercado e da forma como este se insere na sociedade. Mercado em sua visão tem a seguinte definição:

“Do ponto de vista sociológico, o mercado representa um coexistência e seqüência de relações associativas racionais, das quais cada uma é especificamente efêmera por extinguir-se com a entrega dos bens de troca, a não ser que já tenha sido estabelecida uma ordem que impõe a cada qual em relação à parte contrária na troca a garantia da aquisição legítima do bem de troca (garantia de evicção). A troca realizada constitui uma relação associativa apenas com a parte contrária na troca. O regateio preparatório, porém, é sempre uma relação social no sentido de que ambos os interessados na troca orientam suas ofertas pela ação potencial de uma pluralidade indeterminada de outros interessados também concorrentes, reais ou imaginados, e não apenas por aquela do parceiro na troca, e isto tanto mais quanto mais freqüente se dá essa situação”.¹⁷

Para ele, o mercado pode ser definido a partir de algumas tipologias. O acesso de um objeto de troca ao mercado pode ser mensurado por certos elementos, tais como: mercabilidade, liberdade de mercado e regulação de mercado¹⁸. Entretanto esta última pode ser entendida em quatro momentos, a saber: o primeiro em que os costumes e tradições condicionam as limitações das trocas; o segundo pela rejeição social da livre iniciativa na troca; por razões jurídicas a liberdade de ação econômica fica restrita a determinado tipo de objeto de troca ou determinado grupo, desdobrando-se no controle de mercado por monopólios assentados em determinações jurídicas (típico do mercantilismo); e por fim, quando voluntariamente a sociedade renuncia à liberdade de ação de troca e a substitui por monopólios consentidos pelos grupos.

O mercado nestes casos pode estar marcado por situações históricas específicas em que se verificava a existência ou não de liberdade de ação econômica. No caso do contexto histórico de nosso objeto fica claro que na visão weberiana não encontramos um momento de livre mercado. Outras abordagens sobre este conceito também são importantes.

Karl Polanyi afirmou que a sociedade erigida pelo mercado auto-regulável foi uma invenção dos economistas clássicos, pois nem sempre o mercado foi eixo condutor de todas as

¹⁶ Segundo Weber, existem ações tradicionais, motivadas pelas tradições, costumes e religião; ações afetivas ligadas aos apelos emotivos e impulsos emocionais e passionais; e ações racionais. Esta última se dividiu em duas: as racionais com relação aos fins e aos meios e as racionais somente com relação aos fins. O autor explica que essas tipologias podem fundir nas realidades históricas contemporâneas. É pertinente ressaltar que na concepção weberiana os mercadores do período do mercantilismo muitas vezes eram racionais restritamente com relação aos fins, isto é, pela busca de lucro, mas não se salvaguardam de métodos racionais. Ver Max Weber. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. Vol. I. pp. 3-35.

¹⁷ Idem. P. 419.

¹⁸ Idem. P. 51-52.

relações sociais¹⁹. O mercado orientou-se quase sempre como um elemento complementar das economias, sendo responsável por uma função nada fundamental em alguns sistemas econômicos²⁰.

As sociedades modernas conheceram a inversão da lógica dos sistemas econômicos anteriores, já que a formação do “moinho satânico” registrou-se somente após a Revolução Industrial. Desta maneira, a formação de um padrão de mercado capitalista caracterizava-se pela formação de um gama de mercadorias fictícias: a terra, o dinheiro e o trabalho.

Orientado pela busca do lucro, o novo tipo de mercado marcava a formação de um processo que se assemelhava a um verdadeiro “moedor de carne”, em que a sociedade ficava submetida à instituição que antes era meramente complementar²¹.

Entretanto, o conceito de mercado e a percepção da relação deste com a economia e sociedade que adotaremos nesta pesquisa foi delineado por Karl Marx, que, em suas diversas contendas com os pensadores liberais, criticou as definições do autor de a Riqueza das Nações. Marx rejeitava a idéia de que os indivíduos, em sua essência, eram movidos pelo sentimento de busca pelo lucro, sublinhando que tal assertiva projetava e naturalizava as relações capitalistas de produção²².

Neste sentido, já nos manuscritos, começou a sistematizar sua crítica teórica aos pilares da escola clássica. Assim, sobre as bases da lei da oferta e da procura, afirmou o seguinte:

“Quando a Economia Política afirma que a oferta e a procura sempre se equilibram, esquece imediatamente sua própria tese (a teoria da população) de que oferta de homens sempre excede a procura, e conseqüentemente, que a desproporção entre oferta e procura é mais chocantemente expressa no fim essencial da produção – a existência do homem”.

No trecho acima, já questionava a validade das leis de mercado, insinuando que estas quando postas em avaliação por uma análise mais arguta, mostravam-se incoerentes e insustentáveis, uma vez que havia uma contradição entre a teoria das populações de Malthus e as leis de mercado de Smith, demonstrando a incoerência do pensamento clássico.

¹⁹ Karl Polanyi. A Grande Transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 – 12ª reimpressão. P. 63 e 64.

²⁰ Neste caso, Polanyi se referia à economia dos moradores do arquipélago das Ilhas Trobriand, onde o padrão de mercado era marcado por características próprias de simetria, redistribuição, permuta e etc. Idem. p. 62-88.

²¹ É interessante perceber que no caso do objeto de estudo de Polanyi, este processo não ocorreu sem conflitos por parte dos membros das camadas dominantes inglesas. Expressão disso foi a Speenhamland law, que legislava sobre as questões do avanço da sociedade de mercado em direção a terra e a mão de obra. O autor destacou, portanto, que neste caso conflou-se um intenso embate entre a burguesia e os membros da aristocracia fundiária inglesa, cada qual almejando deter o controle dos trabalhadores e das terras. Ibidem.

²² Eric Fromm. Conceito Marxista do Homem. Com uma tradução dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de Karl Marx, por T.B. BOTTOMORE, da Escola Econômica e Ciência Política de Londres. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

Posteriormente, Marx definiu com mais precisão como compreendia as relações econômicas e sociais – nestas inclusas as relações de troca, o dinheiro, o valor e o preço, a mais-valia. A discussão com a economia política impulsionou-o a novas reflexões, inclusive sobre a idéia de mercado e capital.

O mercado é o espaço de trocas das mercadorias produzidas de acordo com as relações históricas de produção. As leis econômicas que definem a forma como as mercadorias circulam em dado processo estão inscritas nas disputas travadas pelos sujeitos coletivos na organização de seus interesses políticos. Ou seja, correspondem a estágios específicos das condições históricas de uma sociedade.

É interessante perceber que, para Marx, as trocas representam uma etapa do processo geral da produção (produção, consumo, circulação e distribuição) e estas estão submetidas, de maneira geral, a premissa destas condições, históricas, das relações sociais de produção da vida material²³.

Sendo assim, quando pensamos a formação de um mercado de seguros luso-brasileiro, fazemo-no com base nas condições históricas – transformações do mercantilismo português – em que este foi estabelecido, reconhecendo que isto se dá nas necessidades dos agentes (Negociantes) em assegurar-se dos riscos inerentes das atividades comerciais do Império Luso-Brasileiro. Mais ainda, que o fato de este mercado de seguros ser restrito se inscreve nas condições gerais das relações políticas e econômicas de uma economia não capitalista.

Neste caso, os privilégios são formas de expressão do poder e hegemonia²⁴ de determinados grupos na formação do Estado Luso e da organização de uma economia, cuja dependência do capital usurário e comercial era expressiva²⁵.

²³ Karl Marx. Para a crítica da Economia Política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Neste trabalho, podemos identificar as seguintes observações a cerca da questão proposta acima: “O resultado que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. (...) Uma [forma] determinada da produção determina, pois, [formas] determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como relações determinadas desses diferentes fatores entre si. A produção, sem dúvida, em sua forma unilateral, é também determinada por outros momentos; por exemplo, quando o mercado, isto é, a esfera da troca, se estende, a produção ganha extensão e divide-se mais profundamente. (...) Uma reciprocidade de ação ocorre em entre os diferentes momentos. Este é o caso para qualquer todo orgânico”. Pp. 13-14

²⁴ Este conceito remete a obra de Antonio Gramsci, que compreende hegemonia como uma forma de determinada classe constituir sua dominação/resistência diante das demais. Isto implica que, quando um grupo se torna hegemônico e dirigente, este irá consolidar sua visão de mundo, sua ética e moral aos demais, por vias consensuais e coercitivas. Antonio Gramsci. Concepção Dialética da História. 7ª ed., Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1987. _____ . Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

²⁵ Marx afirma que o capital usurário, oriundo da usura e do juro, funde-se ao capital comercial, conseqüência dos lucros auferidos no comércio através da aquisição e, posterior venda, de bens por preços diferenciados. Em sociedades anteriores ao capitalismo proporcionam a formação de grupos de comerciantes que arruinam os

Até o presente momento, trabalhei as questões relativas ao delineamento dos conceitos sobre a economia, mais especificamente, do conceito de mercado e de capital, apresentado aqui sobre o prisma do paradigma marxiano. Contudo, existe alguns termos importantes para a construção do objeto e para o desenvolvimento desta pesquisa que merecem ser tratados.

O primeiro deles trata-se do conceito de Homens de Negócios e Negociante. Em nossa abordagem, estas duas expressões remetem a um conceito que defino como os proprietários de capital²⁶. Mas, que, ainda assim, precisa ser complementado.

Por questões teóricas e metodológicas é preciso abordar a definição do grupo de Negociantes de maneira cuidadosa, para que possamos delinear bem os contornos de tal classe e suas práticas.

Alguns cientistas sociais importantes no decurso das últimas décadas acharam pertinente delimitar algumas estratégias capazes de apreender a prática social de determinados grupos. Neste caso, considero que os escritos de Pierre Bourdieu foram muito importantes para tal compreensão. Assim, é importante apreender não só a situação de classe de determinado grupo, mas, também, faz-se necessário constituir o que chamamos de posição de classe²⁷.

Isto significa que, na visão do sociólogo francês, a percepção restrita da situação de classe pode escamotear algumas questões relevantes que se colocam quando pensamos tais grupos em sua posição de classe. De outra forma, muitas vezes, situações de classe análogas podem nos surpreender com posicionamentos de classe diferentes. Cabe destacar que, se a posição de determinado grupo é relevante, entretanto, está determinado pelas possibilidades concretas que uma situação pode oferecer.

A situação de classe deve ser matizada diante do enfoque da trajetória, isto é, da recomposição da curva de ascensão ou decadência social que determinada classe verificou. As afirmações de Bourdieu têm validade nos quadros desta pesquisa como importante indicador metodológico para a compreensão e comparação das frações de Negociantes de Lisboa e do Brasil (Rio de Janeiro e Bahia).

Recuperar as trajetórias destes Negociantes nos permite apreender de maneira mais objetiva as formas de atuação profissional a que se dedicavam, além de suas atividades nas seguradoras, ou mesmo da realização de seguros por conta própria. Mais que isso,

pequenos proprietários e camponeses, apoderando-se de frações importantes de suas rendas e do sobre-trabalho geral por meio do crédito e do processo de endividamento destes com os proprietários dos meios circulantes. Além disso, quando associados aos latifundiários o capital usurário e comercial desenvolve o papel de poderoso perpetuador daquelas formas gerais de produção, do próprio modo de produção vigente. Karl Marx. O Capital: crítica da Economia Política. Volume III. Livro Terceiro. Tomo 1. PP. 213-252; Volume III. Livro Terceiro. Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983. PP. 107 a 121.

²⁶ Idem. Vol. III; Livro 2, PP. 317-318.

²⁷ Pierre Bourdieu. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2005. pp. 3-27

reconstruir suas práticas econômicas nos possibilita identificar o papel que a atividade de seguros marítimos ocupava nos negócios destes homens.

Com isso, poderemos perceber as diferenças e semelhanças nas formas de organização e de atuação política dos Homens de Negócios e entendermos muito de suas características.

Outra das características destes Negociantes é a diversidade de atividades empreendidas, que vão da aquisição de direitos régios de abastecimento, passando pela inserção em importantes espaços de decisão política do Estado (na concepção restrita), chegando ao controle de poderosas companhias de comércio colonial²⁸.

Algo, no entanto, de diferente existia entre os Negociantes do Rio de Janeiro e os da Bahia dos de Portugal. Estes últimos, apesar de também fazerem uso da estratégia de diversificação de investimentos, mantinham ligações profundas e fundamentais com o comércio de escravos com a África, principalmente, a partir de 1750²⁹.

Assim, o conceito de Homens de Negócios define-se como classe que se apropria de capital usurário e comercial, convertendo o em investimentos nos diversos ramos da economia urbana, como direitos e contratos régios, abastecimento e distribuição de mercadorias, financiamento e crédito, comércio de longo curso e aquisição de propriedades urbanas. No caso dos Negociantes do Rio de Janeiro há propensão ao investimento em bens de raiz, como também em escravos e no comércio negreiro.

Do ponto de vista da economia colonial escravista, podemos dizer que a formação deste grupo de homens de negócio realizou-se com base à esfera da circulação de mercadorias da economia escravista³⁰.

Desta forma, o sobretabalho retirado do escravo e apropriado pelo senhor, convertia-se em renda escravista, por sua vez, apropriada nas mãos dos agentes mercantis, proporcionando uma acumulação usurária e comercial. As relações mercantis possibilitaram a interligação das várias regiões coloniais e entrelaçavam o mercado interno colonial, reunindo o intrincado

²⁸ Jorge M. Pedreira. Negócio e Capitalismo, riqueza e acumulação – Os Negociantes de Lisboa (1750-1820). In: TEMPO/UFF, Departamento de História. Vol. 8, n. 15, Jul de 2003 – Rio de Janeiro: 7 letras, 2003. p. 39.

²⁹ Manolo Florentino. Em costas negras. ... João L. Fragoso. Homens de Grossa Aventura ... ob.cit.. Alberto da Costa e Silva. Francisco Felix de Souza. Um mercador de Escravos. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004. _____. Um Rio Chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. Da UFRJ, 2003; Júnia Ferreira Furtado. Homens de Negócio: A interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas. São Paulo: HUCITEC, 2006.

³⁰ Jacob Gorender. Escravidão Colonial. São Paulo, Ática. Outras visões sobre a sociedade escravista colonial podem ser encontradas em: Stuart Schwartz. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Sílvia H. Lara. Campos da Violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

mosaico de modos de produção não-capitalista, cuja região dominante era de predomínio da escravidão africana³¹.

A construção de um quadro comparativo entre os homens de negócios do Rio de Janeiro e de Lisboa, no que tange a atividade dos seguros, é bastante profícuo para compreendermos simultaneamente a lógica de organização dos negócios e das empresas criadas por tais sujeitos coletivos.

Por fim, é necessário compreender o que consideramos como Estado, ao longo do período recortado, e qual a relação deste com a sociedade. A formação do Estado Moderno, sendo o Estado Absolutista uma expressão disto, foi um dos fenômenos históricos mais importantes por que passou a sociedade no final da Idade Média.

A formação destas instituições e dos espaços de poder ligados à centralização da organização política, revelava a formação de outras relações de poder entre os grupos sociais. Segundo, Perry Anderson o Estado Absolutista é produto de um tempo histórico no qual a nobreza feudal frente ao acirramento das lutas camponesas tinha que recorrer a formas de coerção mais eficazes no combate destes levantes.

Ademais, existia uma disputa surda que se travava entre a nobreza senhorial e a burguesia, que se apossava cada vez mais de recursos oriundos do comércio. Sendo assim, a opção de converter as formas de domínio, antes setorizadas, em outras mais abrangentes, revelava o movimento da classe fundiária em perpetuar sua dominação, abrindo mão de alguns de seus privilégios locais de seu poder situado, para a organização de uma estrutura estatal que garantisse sua dominação em termos mais abrangentes. Ao mesmo tempo, integrava uma parte da burguesia neste novo Estado, ocupando alguns dos espaços onde poderia dar prosseguimento ao seu ímpeto econômico³².

³¹ João L. Fragoso em Homens de Grossa Aventura... ob. cit. Houve um debate nas ciências humanas e sociais no decorrer do século XX acerca da escravidão e do caráter da sociedade colonial. Ver: Gilberto Freire. Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo, Círculo do Livro, s.d.; Caio Prado Jr. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1969; Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; Fernando A. Novais. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: HUCITEC, 2006; Ciro S. F. Cardoso. A Afro-América: A Escravidão no Novo Mundo. São Paulo, Brasiliense, 1982; Jacob Gorender. O Escravismo Colonial... ob. cit.

³² Perry Anderson. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 2004. Cabe ressaltar ainda que o autor não desconsidera que o processo de consolidação de um poder centralizado, face a fragmentação feudal, tenha sido um processo suave e rápido. Muito ao contrário, este foi bastante lento, repleto de idas e vindas, permeado por tensões de todas as dimensões, inclusive no interior da nobreza, que muitas verifica disputas intra-classe pela produção do domínio. Gostaria de registrar que Perry Anderson não é o único autor a contribuir de maneira relevante ao estudo do Estado no Antigo Regime. É bom sublinhar que o termo criado por Tocqueville, foi apropriado pelas ciências humanas de diversas maneiras. Duas visões bastante importantes para a compreensão do Estado Moderno (e que na verdade são bastante complementares) são as de Weber e Nobert Elias. Weber com o objetivo de compreender o processo de formação do poder centralizado e das condições da legitimidades deste “poder de mando” tentou apreender os tipos de ações sociais e formas de racionalidade por de trás da organização da instituição. Neste caso, para ele o Estado Moderno sagrou-se por ter detido o monopólio da violência legítima

É bom lembrar que conceber as classes de forma estanque seria muito simplista. Estas se fracionam em diversas partes muitas vezes condicionadas ao nível de organização de seus nichos e interesses. Isto também pode ser dar por conta de diferentes estratégias, que se desdobram em projetos de hegemonia distintos³³. Ocorre, assim, uma verdadeira complexificação no quadro da dinâmica da luta de classes e divergências políticas, logo, nas formas de dominação e resistência.

Antonio Gramsci muito contribuiu para a compreensão da dinâmica das transformações históricas e, principalmente, na discussão sobre a formação das disputas políticas no Ocidente a partir da organização do Estado.

Para o filósofo italiano, portanto, seria uma falsa dicotomia a divisão entre sociedade civil e estado. Ambos integram o mesmo espaço social, ou seja, a própria sociedade civil. Em sua concepção, a divisão entre sociedade civil e sociedade política (estado restrito, aparelho de estado, ossatura material do estado) é apenas de cunho didático e metodológico, pois na realidade concreta os processos se apresentam indissociáveis. O que se desdobra, portanto, em nossa pesquisa, como uma indicação teórica e ao mesmo tempo metodológica, posto que, compreender esta relação orgânica da produção das hegemonias das classes e suas frações depende da compreensão de um Estado ampliado, unidade dialética entre sociedade civil e sociedade política. Dito de outro modo, o Estado deixa de ser visto somente como um aparelho de dominação e passa a ser visto como um instrumento, onde também se produz o consenso e se dissemina uma visão de mundo.

Outra indicação importante fornecida por Gramsci é o concernente a idéia e postura metodológica de se analisar **a correlação de forças entra os diversos projetos hegemônicos**. Assim, mesmo que se faça a reconstrução do mercado de seguros de Portugal e no Brasil, torna-

e que esta está circunscrita a um espaço territorial, tudo isso graças a ascensão de um processo de racionalização da política atribuído ao advento das burocracias. No bojo, da explicação weberiana, Nobert Elias veio a identificar que a formação destes Estados se processaram, juntamente, com a formação de uma sociedade de Corte, em que as práticas sociais, como a etiqueta, por exemplo, vinham denotar um padrão de conduta de racionalidade que remetiam ao status dos indivíduos. Além disso, Elias ratifica a perspectiva de que o rei era o fiel da balança entre as disputas travadas pela burguesia e nobreza, gestando tais dilemas na tentativa de manter o equilíbrio. Max Weber. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. Vol. II. Nobert Elias. A sociedade de Corte. Lisboa: Editorial Estampa, 1987. Sobre a idéia de formação do mercado e do surgimento dos Estados, verificar: Pierre Rosanvallon. O liberalismo econômico: história da idéia de mercado. São Paulo: EDUSC, 2002.

³³ Antonio Gramsci. Concepção Dialética da História. Concepção Dialética da História. 7ª ed., Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1987. _____. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Gramsci afirma que muitas vezes no interior do Estado, os grupos social inserem-se promovendo uma abordagem que busca introduzir uma hegemonia, que pode se converter em hegemônica em relação aos demais projetos, constituindo-se em dirigente.

se necessário compreender o lugar e o nível de organização política de tais homens de negócios na sociedade, pois nos possibilita apreender a dinâmica social em sua totalidade³⁴.

No caso do Estado Português, o desafio consiste em compreender como, no momento das transformações do período pombalino a transferência da corte para o Brasil, foi possível que os Homens de Negócios conquistassem espaços decisivos no aparelho de Estado, aumentando sua participação nas decisões das políticas. Exemplo disso foi a presença destes na Real Junta de Comércio e nas Casas de Seguros, tanto de Lisboa, quanto do Rio de Janeiro e Bahia.

Portanto, o Estado na pesquisa será tratado como um dos elementos importantes na definição do mercado de seguro luso-brasileiros, já que, através de sua ossatura, os Homens de Negócios tentam disputar a dominação, procurando assegurar seu poder, que se expressaria na aquisição de determinados privilégios, entre eles o de arrematarem seguros e riscos dos “*vasos do comércio*”.

No caso do Estado Luso e, após 1822, do Estado Brasileiro, sua constituição dar-se-á por tensões e aproximações entre estes Negociantes e as demais camadas dominantes. No Brasil, isto se revela ainda mais intenso, visto que estes desempenharam funções estratégicas no reinado de Pedro I, sendo, inclusive, nomeados por alguns autores, os principais grupos interessados na manutenção da Monarquia e da escravidão³⁵. O Estado Imperial era produto dos momentos e estágios da relação, ora fundada em acordo, ora em confronto, portanto, conflituosa dos homens de negócios e proprietários de terras e escravos.³⁶

Objetivos do trabalho:

Com o objeto definido e com os principais conceitos demarcados, cabe ainda delimitação de nossos objetivos. Estes se inscrevem:

- Recuperar a trajetória histórica do mercado de seguros e dos seguros marítimos na economia colonial portuguesa na virada do século XVIII para o XIX, recuperando sua importância para o comércio marítimo.

³⁴ Segundo Marc Bloch, a maior ferramenta do historiador é a comparação, pois esta nos permite definir e reconstituir as totalidades, ou mesmo nos guiarmos por ela. Marc Bloch. Apologia da História, ou, O Ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.pp. 89-109.

³⁵ Iara Lis de Carvalho Souza. A Pátria Coroada. A pátria Coroada. O Brasil como Corpo Político Autônomo – 1780-1831. São Paulo: UNESP, 1999.

³⁶ Théo L. Piñeiro. Os “Simples Comissários”... ob. cit

- Desenvolver uma análise sobre economia e sociedade colonial portuguesa no prisma do materialismo dialético, apreendendo suas continuidades e rupturas, bem como as estruturas de dominação.

- Traçar uma comparação da comunidade de Negociantes de Lisboa e do Rio de Janeiro, bem como das relações de poder que envolvem estes dois grupos, do período do Marquês de Pombal ao final do Primeiro Reinado.

- Esclarecer as formas pela qual o seguro se inscrevia como uma atividade financeira, sendo importante para a manutenção da rentabilidade da empresa de comércio marítimo.

- Recuperar as características gerais da formulação do contrato de seguros e de sua jurisdição em Portugal e no Brasil.

- Mapear as disputas nos espaços políticos do aparelho de Estado correlacionado-as aos interesses representados.

Documentação e Metodologia de Pesquisa:

A pesquisa sobre seguros e o mercado envolvendo Brasil e Portugal pode ser realizada com base na vasta documentação existentes aqui e no além-mar. No Brasil, a documentação concentra-se mais a respeito do período que vai de 1808 até 1831.

No Arquivo Nacional:

- Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação: Aqui, temos a diversa documentação relativa a casa de seguros do Rio de Janeiro e da Bahia. Nesta, podemos contar com balancetes de arrematação de emolumentos da Casa de Seguros do Rio Janeiro, processos entre companhias e entre seguradores e segurados, discussões sobre os alvarás, pareceres dos Provedores e Juizes da Junta, processos de navios segurados apresados por contendas internacionais. A documentação sobre companhias de seguros encontra-se também nestas caixas. Tudo isto concentrado entre as caixas 429 a 435 e nos códices anteriores da Real Junta³⁷. Cabe ainda, utilizar os registros de assinatura de negociantes na Real Junta para identificarmos suas atividades, estes estão permeados pelas diversas caixas. O fundo de falências pode nos dar o

³⁷ Todo o material já foi compulsado e ou reproduzido por mim no próprio AN, estando já arquivado e catalogado.

panorama dos empreendimentos realizados e identificar as associações entre os homens de negócios da praça de comércio.

- **Ordem honoríficas:** Neste fundo estaremos preocupados em apreender os títulos distribuídos, com o objetivo de detectar quais os Homens de Negócios foram agraciados com tais comendas.

- **Inventários:** Sistematizar quais os padrões de enriquecimento dos principais seguradores fixados no Brasil, comparando-os com os que existirem em Portugal. Além disso, em alguns inventários podemos identificar ações em companhias de seguro.

- **Códice 042:** que descreve os principais comerciantes de escravos do Rio de Janeiro na virada do século.

- **Relatórios dos Vice-reis:** análise de relatórios da alfândega do Rio de Janeiro identificando as principais saídas e os períodos das saídas, bem como as embaixadas estrangeiras. Além disso, neste fundo encontram-se documentos importantes sobre a Capitania do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco (principais Praças comerciais do Brasil). Contam presentes neste espaço, a correspondência dos Vice-Reis, minutas de ofícios, despachos e pareceres. Por fim, existe o corpus documental do Senado da Câmara.

- **Real Erário:** Fontes documentais que nos capacitam de reconstruir o quadro das finanças do Rio de Janeiro no período estudado, bem como decretos e medidas tomadas, registro de pessoas empregadas pelo Real Erário,

- **Ofício de Notas (1, 2, 3 e 4) do Rio de Janeiro:** registro das transações feitas na cidade e suas freguesias, constando, ali, de transações com imóveis, casas comerciais, negócios diversos e sociedade em empresas. Podemos identificar outras atividades realizadas pelos Negociantes, principalmente, as relativas a compra de imóveis e casas comerciais na Corte. Boa parte do acervo encontra-se micro-filmado.

No IHGB:

- Cartas sobre negócio do Brasil: DL2.013; comenta a situação dos negócios do Brasil no ano de 1775.
- Coleção Ourem: Descreve as atividades dos seguros no início do século, realizando uma sistematização dos documentos sobre as empresas de seguro do Rio de Janeiro.
- Revistas do IHGB: Trazem em seus exemplares diversas questões envolvendo a historiografia. O exemplar de n. 400 nos traz a indicação de todos os exemplares anteriores com suas referências.

Na Biblioteca Nacional:

Setor de Obras Raras: Podemos encontrar alguns manuscritos importantes do período referido e outros periódicos. Neste caso, o mais importante é a Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro, que possui em seu corpo documental informações importantes sobre os negócios do Brasil e das questões políticas importantes a seus contemporâneos.

Setor de Manuscritos: Possui documentos de toda ordem, como correspondência oficial de oficiais, estatutos de companhias de seguro, discussões travadas sobre assuntos da economia e política do Brasil.

No Real Gabinete Português de Leitura:

Sua biblioteca consta de diversas obras sobre o contrato de seguros, sobre companhias de seguro. Além disso, está presente no acervo a obra de A. H. de Oliveira Marques. Para Uma história dos seguros em Portugal: notas e documentos³⁸.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

- Desembargo do Paço: Documentos diversos dos processos de aquisição de privilégios no Reino, apresentando também documentos sobre recursos de processos jurídicos de última instância.

³⁸ A. H. de Oliveira Marques. Para a História dos Seguros em Portugal. Lisboa: Arcádia, 1977.
Texto discutido em 11/06/2010

- Secretaria de Estado dos Negócios do Reino: Documentos sobre assuntos da economia do reino, onde podemos encontrar atividades dos seguros e de outros negócios dos agentes mercantis.

- Junta de Comércio: Neste fundo encontramos uma diversidade de documentos grande. Projetos de Companhias, Pareceres dos Provedores e Deputados, processos jurídicos das contendas sobre as atividades de empresas e, principalmente, os documentos sobre a Casa de Seguros de Lisboa.

Outros Arquivos e Bibliotecas:

- Alfândega de Lisboa: registro de saídas dos portos da Corte e listagem dos proprietários das embarcações, assim como observações sobre destino das viagens.

- Biblioteca Nacional de Lisboa: Diversos títulos e obras portuguesas, assim como periódicos de época.

- Arquivo Histórico do Ministério de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (A.H.M.O.P.TC): Documentação relativa a marinha portuguesa, das rotas de navegação, naufrágios, e outras fontes referentes ao comércio do Império.

Para analisarmos tal objeto contaremos com a metodologia da história quantitativa, sendo mais especificamente relacionado à formação de séries documentais sobre a arrecadação das Casas de Seguro do Rio de Janeiro e de Lisboa. Isto nos possibilita apreender a dinâmica dos seguros e se possível relacionar com índices ligados à evolução do comércio marítimo nos períodos pombalinos, marianos e joaninos.

Esta tarefa torna-se possível também no que se refere dinâmica das companhias de seguros criadas no Rio de Janeiro e Bahia de 1808 em diante. Fica claro, portanto, que a análise das Provedorias de Seguros do Rio de Janeiro e de Lisboa viabiliza a construção de um panorama mais amplo do mercado das seguradoras, bem como avaliar as diferenças no valor das apólices, quantidade de capitais envolvidos nas companhias.

Por outro lado, é possível avaliar os processos jurídicos movidos pelas seguradoras e pelos segurados. O processo de litígio é uma rica oportunidade para avaliarmos os mecanismos que geriam tal mercado, percebendo, inclusive, a influência de outros fatores na realização da renda relativa à companhia de seguros³⁹.

³⁹ Isto nos remete a discussão dos elementos exteriores aos custos de mercado, como despesas indenizatórias, custos processuais, etc. Este debate aparece bem mapeado em: Nuno Luis Madureira. A indústria Portuguesa entre 1750
Texto discutido em 11/06/2010

Neste sentido, podemos perceber que a constituição de uma análise comparativa tem efeito bastante importante, principalmente, se atentarmos ao fato de que muitos dos homens de negócios envolvidos com as atividades das seguradoras, ao migrarem para o Rio de Janeiro e Bahia realizaram negócios e até mesmo fundaram companhias de seguro, casas comerciais e casas bancárias⁴⁰.

Entretanto, não entendemos a empresa isoladamente, a pesquisa busca compreender fundamentalmente qual o capital social que as compõe, isto é, entender que as empresas são constituídas de agentes históricos organizados⁴¹. Neste caso, especificamente, toma-se as companhias de seguro em sua relação com o processo mais geral da economia e política, permitindo-nos entendê-las como sujeitos da história, assim como afirmou Maria Bárbara Levy:

"As empresas são parte da sociedade e não se pode estudá-las sem levar em conta as articulações recíprocas entre as relações sociais e as práticas empresariais. A empresa é parte de um sistema de instituições interatuantes, no qual lhe cabe a produção de bens [ou serviços]"⁴²

A metodologia empregada, entretanto, não significará somente a formação de grandes séries homogêneas, estruturas explicativas uniformes. Como já foi sublinhado pela historiografia, a questão do método quantitativo na análise da História Econômica⁴³ e a preocupação com as oscilações conjunturais são importantes, mas não bastam, para o historiador. Deve-se ter em conta a preocupação com os agentes sociais ao elaborar tais séries, sendo fundamental para entender o movimento, os grupos no decorrer deste período histórico, a quantificação passa a ser apenas uma ferramenta para entender o processo histórico mais global. A utilização de um único tipo de fonte pode condenar a análise do processo histórico, como lembra Bourdieu⁴⁴. Isto é, o historiador pode incorporar o discurso da própria fonte reproduzindo-o em sua análise.

e 1834... ob. Cit; COASE, Ronald H. "The problem of social cost", in *Journal of Law & Economics*, n.3, 1960, pp 1-44.

⁴⁰ Manolo Florentino. *Em costas negras* ob. cit.; João Luís R. Fragoso. *Homens de grossa aventura...* op.cit.

⁴¹ Para melhor entender as questões sobre o método de pesquisa sobre História Empresarial consultar: Eulália M. L. Lobo. História Empresarial. IN: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp.217-239. Maria Bárbara Levy, *A Indústria do Rio de Janeiro por suas Sociedades Anônimas. Esboço de História Empresarial*. Rio de Janeiro: Séc. Municipal de Cultura/ EDUF RJ, 1995. (Coleção Biblioteca Carioca v. 31).

⁴² Maria Bárbara Levy. *A Indústria do Rio de Janeiro...*, ob. cit.

⁴³ José Jobson Arruda. "História e Crítica da História Econômica Quantitativa". In: Separata da Revista de História no. 110. São Paulo, USP, 1997. pp. 463-481. Ciro F. S. Cardoso e Hector Brignolli. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. François Furet. "A História Quantitativa e a construção do fato histórico". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza (Org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976, pp. 61-65. Caio Prado Jr. " História Quantitativa e Método da Historiografia". *Debate e Crítica*. São Paulo, 6: 1-20, julho de 1975.

⁴⁴ Pierre Bourdieu. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. *Le mort saisit le vif*. As relações entre história reificada e a história incorporada. Pp. 75-107

A preocupação com os conceitos da economia, com o método estatístico e com a organização dos dados é importante. Entretanto, como nos lembra Jean Bouvier⁴⁵, a análise da história necessita resgatar os agentes sociais por de trás destas séries e construções estatísticas, ao historiador cabe interpretar a tendência dos gráficos e tabelas construídos na sua relação com as disputas sociais. Por outro lado, o objeto da pesquisa exige a reflexão não somente dos aspectos da economia e das empresas na sociedade do dezanove, há a necessidade de se refletir sobre o processo da formação da economia e as relações desta com a política. Isto implica necessariamente em entender a economia e a política como elementos indissociáveis, na medida em que partem do mesmo ponto: o caráter histórico das relações sociais de produção⁴⁶.

Assim, o trabalho com a documentação organizada nos fundos arquivísticos do Brasil e de Portugal é fundamental para traçar tais parâmetros. Os documentos inscritos na Real Junta de Comércio de Portugal encontrados no acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo são extremamente relevantes para o estudo em História Econômica sobre o Império Português. Assemelham-se aos situados nos fundos da Real Junta do Comércio do Arquivo Nacional, com relação ao tipo de metodologia aplicada a eles. Da mesma forma, a documentação sobre comércio marítimo, marinha, navegação, naufrágios, entre outros, existente no AHMPTO será muito útil para reconstrução do mundo colonial português.

Considero importante frisar que trabalharemos com estes documentos a partir de diversas estratégias de sistematização e crítica documental. No que diz respeito à análise das fontes, a riqueza e a variedade no permite utilizar métodos de abordagem quantitativa e qualitativa. Assim, ao entrecruzarmos informação de diferentes documentos sobre o mesmo tema, torna-se possível apreendermos desvios e tendências típicas da parcialidade característica de documentações oficiais e periódicos.

Um instrumento importante para realizar o estudo proposto será a elaboração de um banco de dados que permita cruzar informações relativas aos negociantes, suas atividades, suas empresas, em especial as seguradoras, nas Praças do Rio de Janeiro e de Lisboa.

Relevância do Tema e Historiografia:

A atividade de seguros foi fundamental para a exploração do comércio transatlântico. A cobertura dos riscos inerentes às rotas que interligavam Portugal às possessões na América, na

⁴⁵ Jean Bouvier. “O aparelho Conceptual na História Economia”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza (Org.). Teoria da História. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 135-151.

⁴⁶ Karl Marx. Contribuição à crítica da economia política. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

África e na Ásia representava um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento da atividade mercantil.

O processo de expansão marítima de Portugal, logo em seu início, já contava com o incentivo da atividade de seguros, já que a

“(…) legislação periódica promulgada pela Coroa portuguesa com a finalidade de incrementar o comércio ultramarino de um modo ou de outro, a começar das leis que estimulavam a navegação nacional e seguro marítimo datadas do reinado de dom Fernando (1377-80), esse preconceito perseverou durante séculos, ao longo dos reinados das casas de Avis e Bragança, que se intitulavam “senhores do comércio” da Índia, Etiópia, Arábia, Pérsia etc”⁴⁷.

O comércio marítimo e a atividade seguradora obtiveram impulso sensível com a consolidação do período marcado pelo Marquês de Pombal. A década de 1750 representou para os *Negociantes*, que atuavam no comércio com o Brasil, um novo momento, pois a criação das Companhias do Grão-Pará e Maranhão, Pernambuco e Brasil otimizou o regime de rotas que interligavam o Império⁴⁸.

Certamente, o período Pombalino consubstanciou-se na época da retomada e reorganização da atividade comercial, pois se tornava necessário combater a contínua diminuição da produção aurífera colonial brasileira⁴⁹.

Como alternativa à diminuição da oferta de metal precioso, a Monarquia, a partir de suas instituições e políticas, inicia um processo de retomada do comércio marítimo com a edição de leis e formação de companhias de comércio capazes de reunir os capitais dos *Homens de Negócios* de Lisboa e Porto. No bojo deste processo, podemos situar a criação também do espaço para gestão e promoção da atividade seguradora, àquela época ainda circunscrita ao comércio marítimo.

⁴⁷ Charles Boxer. *O Império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 332.

⁴⁸ Maria Beatriz Nizza da Silva (Coord). *O Império Luso-Brasileiro*. Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques (dir.). Nova História da Expansão Portuguesa. Vol. III. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. Vida Privada e Quotidiano no Brasil: na época de D. Maria I e D. João VI. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. Nuno Luís Madureira. Mercado e Privilégios... ob. Cit. Jorge Miguel Viana Pedreira. Os Homens da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995. Maria Helena Carvalho dos Santos (coord.). Pombal Revisitado. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. Vol. I e II. Francisco José Calazans Falcon. A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada). São Paulo: Editora Ática, 1982.

⁴⁹ Francisco Falcon. *A época pombalina no Brasil*. Ob. cit.; Ciro Cardoso. A Crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa – 1750/1822 pp. 111-128. IN: Maria Yedda Leite Linhares (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990; Sergio Buarque de Holanda (dir.). HGCB. *A época colonial, v. 2: Administração, economia, sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003; Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 2006. Júnia Ferreira Furtado. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. Ob. cit. Antonio Carlos Jucá de Sampaio. *Na encruzilhada do Império. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650- c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. Jaime Rodrigues. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

A pesquisa sobre o mercado de seguros e os Negociantes é importante, por se revelar original e contributiva à produção historiográfica. A relevância do tema vem da possibilidade de se compreender mais a fundo os processos de acumulação de capital no Império Luso-Brasileiro, bem como possibilitar novas interfaces e comparações entre as Praças do Rio de Janeiro, Bahia e Lisboa.

Junto ao momento que se vivenciavam em Portugal, com a tentativa de se reformar a economia do Reino, as praças mercantis coloniais brasileiras experimentavam incrível incremento na movimentação comercial. Dentre elas, o Rio de Janeiro consagrava-se como a principal intermediária das minas e o mercado luso.

A necessidade corrente de mão de obra (escravos) e manufaturas levou ao estabelecimento, no Rio de Janeiro, dos agentes ligados ao comércio com a África e de cabotagem. Esta atividade, ligada à distribuição das mercadorias produzidas nas diversas regiões coloniais, produziu um intenso intercâmbio, permitindo aos Negociantes coloniais assumirem a tarefa de intermediários das minas e do mercado e possibilitou que estes articulassem uma intrincada rede de negócios, capaz de possibilitar uma formidável capacidade de acumulação de capital, apropriado pelos agentes econômicos ligados ao comércio e ao financiamento⁵⁰.

No Reino de Portugal, as reformas pombalinas proporcionavam o crescimento do comércio marítimo, uma vez que

“À navegação encontrava-se associado um outro ramo de actividade dos negociantes de Lisboa: os seguros. Era um negócio que exigia vastas disponibilidades financeiras e a assunção de grandes riscos, pelo que era geralmente conduzido por sociedade de comerciantes. Nos finais do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, funcionavam várias companhias de seguros, umas mais duradouras que outras: Bonança (...); Caldas, Machado & Gildemeester (...); Bom Conceito (...); Pontes, Prego, Fortunato & Cia (...); Esperança (...); Descanso Mercantil (...); Permanente (...); União (...),”⁵¹

As atividades dos Negociantes de Lisboa concentravam-se no comércio marítimo e como consequência se desenvolvia uma série de outras atividades associadas a esta. O seguro, neste caso, era uma das atividades mais importantes para estes Negociantes, pois se configurava na prevenção de grandes perdas no Oceano e aos proprietários dos grandes capitais lucros proporcionais. Maria Beatriz Nizza ao comentar a relação entre os negócios e família frisou

⁵⁰ Antonio Carlos Jucá Sampaio. Na encruzilhada do Império... ob. cit.; Manolo Florentino. Em costas negras : uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995; João Luís R. Fragoso. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998. João Fragoso & Manolo Florentino. O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.

⁵¹ Jorge M. V. Pedreira. Homens da Praça de Lisboa... ob. Cit. P. 347.

bastante a questão dos negócios familiares e dos conhecimentos necessários à formação destes homens de negócios. Assim, escreveu a historiadora com base em documento da Junta de Comércio:

“O mancebo que se dedica à profissão do comércio deve ser inteligente em conhecer as mercadorias, que devem fazer objecto de seu tráfico, e saber os países em que se pode achar preços mais cómodos, ser instruído nas regras e princípios da navegação mercantil, nos seguros, nos termos facultativos, no método de fazer conta...”⁵²

Para a autora argumentou que a organização dos negócios dos comerciantes de grosso trato até a criação da Junta de Comércio em 1755, dependia fundamentalmente do aparato familiar. É interessante, que em seu trabalho já aparece uma série de casos em que os Homens de Negócios que constituíram sócios em várias regiões do Império, muitas vezes designando filhos e/ ou sobrinhos para lhes representarem nas Praças de comércio.

Se a Real Junta proporcionava uma divisão na forma pela qual se organizavam os negócios, talvez tenha sido Nuno Luís Madureira quem mais explorou o assunto recentemente⁵³. No caso de seu estudo, que se propõe entender a formação da indústria em Portugal, o historiador acaba fazendo uma análise da constituição dos cargos da Real Junta, sublinhando os principais negociantes que atuavam na instituição.⁵⁴

Nos marcos da historiografia portuguesa aparece ainda uma pesquisa importante quando a História dos Seguros. A. H. Oliveira Marques buscou recuperar a história dos seguros em Portugal. Neste estudo o autor tratou de periodizar a organização do mercado de seguros e compreender as formas pela qual se organizou, Além disso, já fazia um bom apanhado da documentação e fontes par tal empreitada⁵⁵.

No Brasil os estudos sobre homens de negócios, economia colonial e independência avançaram muito nos últimos anos. Tais estudos possuem antecedentes importantes, destaquemos os principais.

⁵² Maria Beatriz Nizza da Silva. Vida Privada e Quotidiano no Brasil: na época de D. Maria I e D. João VI. Ob. cit., p. 98.

⁵³ Nuno Luís Madureira, Mercado e Privilégios... ob. Cit.

⁵⁴ Seria deselegante aqui não mencionar outros estudos importantes sobre os negociantes, comércio e período pombalino. Mesmo que, por razão de espaço, não comentamos textualmente, gostaria de ressaltar a grande contribuição dos seguintes autores: José Jobson Arruda. O Brasil no Comércio Colonial, São Paulo: Editora Ática, 1980. J. Lúcio de Azevedo. Épocas de Portugal Econômico: esboços de história. Lisboa, Livraria Clássica Ed., 1973. José Luís Cardoso. O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808). Lisboa, Editorial Estampa, 1989. J. Borges de Macedo. Situação Econômica no tempo de Pombal. Lisboa: Moraes, 1982. _____ . Elementos para a História bancária de Portugal (1797-1820). Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1963.

⁵⁵ A. H. de Oliveira Marques. Para uma história dos seguros em Portugal: Notas e Documentos. Lisboa Arcádia, 1977.

Maria Odila da Silva Dias, ao atentar para questão da evolução econômica da colônia e sua importância estratégica na virada do século XVIII para o XIX, destacou a conjuntura marcada por 1808. A autora afirmou que, tanto transformações ocorridas na realidade colonial, principalmente as ocorridas no Centro-Sul, quanto as crises que envolviam Portugal até o ano de 1808, apontaram para ascensão do Rio de Janeiro como nova Capital do Império português. Assim, “A vinda da Corte com o enraizamento do estado português no Centro-Sul daria início à transformação da colônia em metrópole interiorizada.”⁵⁶

Outra pesquisa importante ao aprofundamento de tais questões foi feita por Riva Gorenstein, no qual a historiadora destacou as principais transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro com a vinda da Corte e com a chegada do grupo de negociantes do Porto e de Lisboa. Para autora, os homens de negócio da Praça de Comércio do Rio de Janeiro, que até então, encontravam-se hierarquicamente abaixo dos grandes comerciantes de Portugal, ascendem ao mesmo patamar destes últimos. O que significa dizer que os que antes, muitas vezes, eram apenas consignatários ou representantes destas casas comerciais do Porto e de Lisboa, passam, a partir de 1808, à posição de sócios nos negócios mercantis⁵⁷.

Os negociantes do Rio de Janeiro, segundo Gorenstein, apesar de, até este momento, estarem subordinados aos principais negociantes de Portugal, haviam conseguido acumular quantidade razoável de capital, **investindo em casas comerciais, no Banco do Brasil e em companhias de seguros**. O exemplo seria o caso da família Carneiro Leão e do negociante Elias Antonio Lopes, este último, oferece uma de suas chácaras para servir de moradia da Família Real, a qual ficou conhecida como Quinta da Boa Vista.

O papel de agentes financiadores realizado por estes homens de negócio foi ainda mais importante na medida em que o Brasil, no século dezanove, passava por problemas de escassez de moeda em circulação, fazendo que os poucos que possuíssem mecanismos de crédito e capital ampliassem ainda mais sua importância na economia e política⁵⁸.

⁵⁶ Maria Odila da Silva Dias. "A Interiorização da Metrópole". In: Carlos G. Mota (org). 1822. Dimensões. 2a. ed., São Paulo, Perspectiva, 1986, p. 160-184, p. 171. Sergio Buarque de Holanda já havia sublinhado a importância do estudo sobre estas questões, contudo, não formulara estudo propriamente dito. Ver: Sergio Buarque de Holanda. "Sobre uma doença infantil da historiografia". IN: Costa, Marcos (Org.). Para uma nova história. São Paulo, Perseu Abramo, 2004, p. 113-127. O texto foi publicado originalmente no jornal o Estado de São Paulo em 17/06/1973.

⁵⁷ Riva Gorenstein. "Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)". In: Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein. Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação, Divisão de Editoração, 1993, p.125-255. Ver também a obra de Alcir Lenharo, visto que sistematizou o papel dos Homens de Negócio no abastecimento da Corte em seus posicionamentos políticos. Alcir Lenharo. As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

⁵⁸ Maria Bárbara Levy. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

Geraldo Beauclair M. de Oliveira afirmou, certa vez, que o recôncavo da Guanabara possuiu manufaturas ligadas às atividades locais desde os anos setecentos. Eram pequenos estaleiros, alguns fornos de fundição, indústria de refinamento do sal, algumas de produção de armas, etc. Mesmo que esta atividade não representasse um processo de industrialização, sendo marcada por ser esparsa e subjugada aos interesses do escravismo, era importante, passando a ser mais representativa a partir do ano de 1808⁵⁹. Com efeito, o Rio de Janeiro traduzia-se no maior porto de distribuição de mercadorias do Império a partir de finais do século XVIII. Neste ponto, cabe-nos sublinhar a importância de dois estudos produzidos nos últimos anos.

João Fragoso estudou os Negociantes fluminenses, visando precisar quais eram as relações deste grupo na hierarquia da sociedade fluminense do século XIX, conseguindo mapear este grupo em suas diversas atividades, complexificando o quadro exposto inicialmente por Maria Odila. Além de demonstrar a incrível capacidade de acumulação de capital da economia escravista, o estudo sistematiza as diversas atividades dos homens de negócios, assim como o capital envolvido, concluindo que na hierarquia social os negociantes de grosso trato nem sempre ficavam atrás dos mais poderosos senhores de terras e escravos, ao contrário, estes muitas vezes tornavam-se também proprietários de terras e escravos.

No mesmo sentido, Manolo Florentino aborda as atividades comerciais capitaneadas pelos comerciantes do Rio de Janeiro; entretanto, o autor enfoca sua análise para o comércio da mercadoria mais valiosa para a sociedade do dezenove: o escravo. Segundo este, o negócio com a África vinha sendo dominado pelos homens de negócio do Rio de Janeiro desde meados do século anterior a Independência. Os comerciantes do Rio conseguiram atingir a predominância no comércio com a África principalmente devido à capacidade de acumulação que conseguiram realizar na cabotagem, concomitantemente com o crescimento da própria atividade agrícola do Rio de Janeiro.

Estes dois trabalhos juntos nos permitem perceber a posição privilegiada deste grupo social, extremamente restrito, na hierarquia da sociedade fluminense ao longo do século XIX. A partir destas duas pesquisas, podemos ampliar os estudos relativos à economia urbana e, em especial, à atividade comercial e financeira. Ambos, de maneira original, nos possibilitam identificar os principais negociantes da praça carioca, localizando suas principais atividades e o porte de seus capitais.

O estudo de Théó L. Piñeiro não apreende somente os mecanismos de enriquecimento dos negociantes, ele também aponta para os lugares de poder onde estes agentes estão situados,

⁵⁹ Geraldo Beauclair Mendes de Oliveira. A Construção Inacabada: a economia brasileira, 1822-1860. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2001.

destacando as disputas que travaram com as demais frações de classe dominante, integrando finalmente o “bloco no poder”, complexificando ainda mais a questão relativa à ação desses agentes sociais. A fim de garantir boas condições de barganha com a Coroa e para manutenção e ampliação de seus negócios, os negociantes ingressaram no Banco do Brasil, o que aponta, mais uma vez, para o fato de homens de negócio, ao mesmo tempo em que pensavam nos seus interesses políticos, buscavam o controle dos fatores que pudessem influenciar no andamento de suas atividades⁶⁰.

O estudo das formas de financiamento e estabilização da atividade comercial é extremamente importante, uma vez que o comércio marítimo estava sujeito a diversas formas de intempéries, exigia a articulação de um conjunto de elementos fundamentais para sua realização. Em especial, o comércio de escravos, visto que:

“(…) os negócios negreiros do Rio de Janeiro com Angola e Moçambique exigiam financiamento para: a. a aquisição ou aluguel das naus; b. a formação do estoque do escambo e a sustentação de parte substantiva das atividades dos intermediários da face africana do tráfico; c. a manutenção da escravaria durante o périplo marítimo; e, por fim, **d. o seguro tanto dos cativos como dos gêneros e equipamentos envolvidos na travessia pelo Atlântico**”. [grifo meu]⁶¹

Assim, pretendemos estudar os interesses dos seguradores e das empresas de seguro na Casa de Seguros da Corte, relacionando-os à atividade mercantil do Rio de Janeiro no século XIX. Esta proposta permitirá compreender os mecanismos de crédito e garantia do comércio e, ao mesmo tempo, possibilitar a apreensão das diversas estratégias e mecanismos encontrados pelos homens de negócios para que assegurem seus interesses .

Hipóteses:

- 1) **A organização das Casas de Seguro de Lisboa e do Rio de Janeiro, bem como a da Bahia, possuem semelhanças, do ponto de vista institucional, inscrevendo-se na política de centralização do Estado Português, destacando-se, entre seus agentes, os *Negociantes ligados ao comércio colonial, especialmente os vinculados, no Brasil, ao comércio de escravos.***

⁶⁰ Segundo Théo Piñeiro, o Banco do Brasil fundado por D. João VI tinha a finalidade de financiar os gastos públicos do Estado. O ingresso destes negociantes na instituição pressupunha a conquista de vantagens dentro do próprio banco e em outras áreas da administração pública, funcionando como um meio de garantir vantagens e concessões régias mais a frente. Théo L. Piñeiro. *Os “Simples Comissários” ...*, ob. cit.

⁶¹ Manolo Florentino. *Em Costas Negras...*, ob. cit., p. 115.

Para comprovarmos tal assertiva, será necessário lidarmos com a documentação portuguesa sobre a formação da Casa de Seguros de Lisboa reunida no fundo da Junta de Comércio no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Podemos contar também os compêndios sobre a legislação da época reunidos em almanaques e coleções na Biblioteca Nacional de Lisboa.

No caso da Provedoria dos Seguros do Rio de Janeiro, utilizarei a documentação já compulsada na dissertação de mestrado. Ampliando o estudo dos negócios do grupo mercantil no Brasil. Para tanto, lanço mão dos documentos presentes nos fundos da Real Junta no Brasil, relativos, principalmente, aos negócios na Bahia. Além disso, pretendo comparar as mudanças na organização legal da atividade a partir dos alvarás e ordenações régias presentes nas coleções de leis do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional.

Para Mapear os Negociantes que se destacaram pela atuação nas três Casas de Seguro, compararei os integrantes dos processos jurídicos e pareceres de companhias. Além disso, averiguando os sócios das empresas em cada uma das praças, detectarei quais tinham capitais envolvidos e em que regiões.

2) As atividades de seguros, ligadas ao comércio transatlântico, formaram um verdadeiro mercado luso-brasileiro, interligando-o as praças da Europa (Lisboa e Londres), América (Rio Janeiro, Salvador, Buenos Aires, Havana e Valparaíso) e África (Angola, Moçambique, Guiné e Nigéria).

A reconstrução do mercado Luso-Brasileiro de Seguros pode ser desenvolvida se cruzarmos algumas apólices e os registros de entrada e saída de navios. Outro corpus documental importante, neste sentido, são os registros de Navios apresados ou processos de sinistros, pois em suas petições de recursos contra as companhias, muitos dos segurados descrevem o itinerário de suas viagens. Os casos de apresamento por despertarem repercussão, acabavam sendo notícias comentadas em alguns periódicos, o que pode corroborar tais petições.

A recuperação do mercado dos seguros luso-brasileiros, por se deter ao seguro marítimo, principal forma de seguro no período, permite compreender melhor a dinâmica do próprio comércio marítimo, possibilitando a utilização da documentação da Alfândega de Lisboa e dos Registros de Entradas e Saídas de Embarcações no Rio de Janeiro e na Bahia, documentos agrupados no Arquivo Nacional.

Tudo isto pode, ainda, ser identificado nos jornais de época, como a Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro, que noticia diariamente o movimento do Porto do Rio de

Janeiro, o que possibilita remontar o quadro de nosso objeto, permitindo a comprovação desta hipótese.

3) Os negócios de seguros envolviam enormes somas, o que poderá ser comprovado a partir da arrecadação das Casas de Seguro, permitindo relacionar tal atividade à formação e acumulação de riqueza no império lusitano e, posteriormente, no Brasil, formando importante fator de investimentos nessas economias.

As atividades dos Negociantes podem ser apreendidas através dos inventários post-mortem, bem como através de outros registros presentes nas documentações de cunho serial. Importa, aqui, apresentar a relevância do seguro marítimo para o processo de acumulação de capitais nas Praças do Império Português e do Brasil independente.

Ao mesmo tempo, permitem investigar as funções das empresas de perfil financeiro da metade do século XVIII em diante. Para realizar tal empreitada é preciso trabalhar com os relatórios da Junta de Comércio do Rio de Janeiro e de Lisboa, para que se possa ter uma noção da diferença do processo de acumulação e enriquecimentos dos segmentos mercantis.

Para tanto, utilizarei a arrematação dos emolumentos da Casa de Seguros presente nos fundos arquivísticos da Real Junta de Comércio no Brasil e em Portugal. E, ainda, os documentos das próprias companhias de seguro. Alguns Relatórios oficiais trazem descrições precisas do estado dos negócios do Reino, devendo ser igualmente utilizados.

4) As transformações do Estado português, a partir do período pombalino, tiveram a participação decisiva dos Negociantes, que travaram disputas importantes pelo poder e vantagens. No caso do Brasil, a continuação do poder dos Homens de Negócios foi reforçada pela presença da Corte no Rio de Janeiro.

A análise da posição que o grupo de Homens de Negócio de Lisboa e do Rio de Janeiro ocupou no processo histórico remete-se ao momento da correlação de forças políticas na qual se encontrava o Império Luso Brasileiro. Isto pode ser apreendido ao sistematizarmos a documentação dos principais contratos régios que arremataram, bem como dos monopólios e privilégios. Desta forma, podemos verificar a importância que a posse de determinada posição nas instituições ajudava os a manter e a assegurar seus interesses econômicos.

São importantes, para tal estudo, os documentos da própria Real Junta, em Portugal e no Brasil, mais especificamente, os debates políticos sobre a interpretação dos alvarás com os Magistrados e/ou outros Homens de Negócios, presentes em periódicos e possibilitam a compreensão das posições e das estratégias empregadas na defesa de seus projetos.

Cronograma:

PERÍODO	ATIVIDADE
De março a Junho de 2008	Revisão da Bibliografia, do Projeto organização da captação das fontes
De Agosto a Dezembro de 2008	Identificação da Documentação e Sistematização a metodologia do trabalho
De Janeiro de 2009 a dezembro de 2010	Coleta dos Documentos, Organização e Análise. Preparação para viagem aos arquivos Portugueses
De Dezembro de 2010 a Fevereiro de 2011	Pesquisa nos Arquivos Portugueses
De Fevereiro a Julho de 2011	Redação do Material de Qualificação
De Agosto a Março de 2011	Adequação às críticas do Exame de Qualificação
De Janeiro a Março 2012	Finalização da Tese, Revisão do Material e Preparação para Defesa.

Bibliografia Básica:

- AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal Econômico: esboços de história*. Lisboa, Livraria Clássica Ed., 1973.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O Ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.pp. 89-109.
- BOTTOMORE, Tom (org). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: SP: Papyrus, 1996.
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOUVIER, Jean. “O aparelho Conceptual na História Economia”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza (Org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- BOXER, Charles. *O Império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRUNHOFF, Suzanne. *A Moeda em Marx*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- CARDOSO, Ciro F. S. *A Afro-América: A Escravidão no Novo Mundo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____ & BRIGNOLLI, Hector. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite imperial*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- _____. *Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, DIFEL, 1966.

- _____. "Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil". In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. 17a. ed., São Paulo, Berthrand Brasil, 1988, p. 64-125.
- DIAS, Maria Odila da Silva. "A Interiorização da Metrópole". In: Carlos G. Mota (org). *1822. Dimensões*. 2a. ed., São Paulo, Perspectiva, 1986, p. 160-184.
- DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 3ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- ELIAS, Nobert. *A sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- ROSANVANLLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)*. São Paulo: Editora Ática, 1982.
- FAORO, Rimundo. *Os Donos do Poder: a formação do patronato brasileiro*. Porto Alegre/São Paulo, Globo/EDUSP, 1975, 2 vols.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Círculo do Livro, s.d.
- FROMM, Eric. *Conceito Marxista do Homem. Com uma tradução dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de Karl Marx*, por T.B. BOTTOMORE, da Escola Econômica e Ciência Política de Londres. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- FURET, François. "A História Quantitativa e a construção do fato histórico". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza (Org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: A interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1978.

- GORENSTEIN, Riva. “Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantins portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)”. In: Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação, Divisão de Editoração, 1993, p.125-255.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 7ª ed., Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1987.
- _____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 7a. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.
- HESPANHA, Antonio M. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. S. D.
- HOBBSBAWN, Eric. J. *A Era do Capital (1848-1875)*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- _____. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.
- _____. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- JANCSÓN, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2005.
- KULA, Witold. *Problemas y metodos de la Historia Económica*. Barcelona, Ed. Peninsula, 1973.
- _____. *Teoria Econômica do Sistema Feudal*. Rio de Janeiro: Livraria Martins Fontes: Lisboa: Editorial Presença, s.d.
- LARA, Silvia H.. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- LEVY, Maria Bárbara. *A Indústria do Rio de Janeiro Através de Suas Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.
- _____. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

- LOBO, Eulália Maria L. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital financeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, 2 vols.
- _____. História Empresarial. IN: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana Lyra. *A Utopia do Poderoso Império*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.
- MACEDO, J. Borges de. *Situação Econômica no tempo de Pombal*. Lisboa: Moraes, 1982.
- _____. *Elementos para a História bancária de Portugal (1797-1820)*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1963.
- MADUREIRA, Nuno Luis. *O mercado de Privilégios em Portugal – A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Para uma História dos Seguros em Portugal: Notas e Documentos*. Lisboa: Arcádia, 1977.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- _____. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa, Editorial Estampa, 1973.
- MARTINHO, Lenira Menezes. “Caixeiros e Pés-Descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento”. In: Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação, Divisão de Editoração, 1993, p. 21-124.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Squarema*. São Paulo/Brasília, HUCITEC/INL, 1987.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa, 1993, vol. 4.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MONTEIRO, Fernando. *A Velha Rua Direita*. Rio de Janeiro, Museu e Arquivo Histórico do Banco do Brasil, 1985.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

NEVES, Guilherme Pereira das. “Do império luso-brasileiro ao império do Brasil (1789-1822)”. In: *Ler História*, Lisboa, nº 27/28, 1995, p. 75-102.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *A Construção Inacabada: a economia brasileira, 1822-1860*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2001.

PEDREIRA, Jorge M.. Negócio e Capitalismo, riqueza e acumulação – Os Negociantes de Lisboa (1750-1820). In: TEMPO/UFF, Departamento de História. Vol. 8, n. 15, Jul de 2003 – Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

_____. *Os Homens da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995.

PÉLAEZ, Carlos M. e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil: análise política, comportamento e instituições monetárias*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Crise e Resistência no Escravismo Colonial*. Passo Fundo, UPF Editora, 2002.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 – 12º reimpressão.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1969.

_____. *Evolução Política do Brasil (Colônia e Império)*. 18ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____. “História Quantitativa e Método da Historiografia”. *Debate e Crítica*. São Paulo, 6: 1-20, julho de 1975.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1985.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

_____. *Independência: Revolução e Contra Revolução*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, 5 vols.

_____. *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis, Vozes, 1974.

- RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650- c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*. 2ª ed., São Paulo, Ed. Best Seller, 1989.
- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.). *Pombal Revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. Vol. I e II.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SHUMPETER, Joseph A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. 3ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Felix de Souza. Um mercador de Escravos*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.
- _____. *Um Rio Chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. Da UFRJ, 2003.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord). *O Império Luso-Brasileiro*. Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques (dir.). Nova História da Expansão Portuguesa. Vol. III. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- _____. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil: na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- SINGER, Paul. *Curso de Introdução à Economia Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- SMITH, Adam. *A riqueza das Nações*. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1988. 2 Volumes.
- SOUSA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada. O Brasil como Corpo Político Autônomo (1780-1831)*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SOUZA, Laura de Mello. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SWEEZY, Paul M. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1962.
- THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- VILAR, Pierre. *Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica*. Lisboa, Ed. Presença, 1982.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 2 Vols.